

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001884-25.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Rosana Maríça Rosseti Ibelli de Araújo**
 Requerido: **DMC EQUIPAMENTOS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em 24/02/2017, por volta de 23h, uma árvore plantada na calçada da empresa ré, ao lado de sua residência, veio a cair por força de forte chuva, derrubando o poste de energia elétrica de sua casa.

Almeja à condenação da ré a proceder ao conserto/substituição desse poste, possibilitando a regularização do fornecimento de energia elétrica para sua unidade consumidora.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Os fatos articulados a fl. 01 não despertam maiores divergências.

Nesse contexto, transparece incontroverso que na ocasião em apreço uma árvore plantada na calçada da ré caiu em decorrência de chuvas, derrubando o poste de energia elétrica da casa da autora, situado no imóvel vizinho.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O argumento lançado na peça de resistência, em sede de preliminar e sob o título "*DO FATO DE TERCEIRO*", é razoável na medida em que se reconhece a responsabilidade do Poder Público em zelar pela manutenção de árvores existentes em vias e logradouros públicos.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se pronunciou diversas vezes perfilhando tal entendimento, como se vê nas apelações cíveis nº 00027873120128260309, nº 00091991920128260554, nº 00027873120128260309 e nº 422989520098260053, dentre outras.

Se esse cenário seria favorável à ré, impõe-se reconhecer que a hipótese vertente possui peculiaridades que levam a conclusão contrária.

Isso porque ela não negou que os galhos da árvore mencionada "*já estavam enroscados nos fios de energia*", como sustentou a autora a fl. 01 (as fotografias de fls. 09/10 reforçam tal ideia), além de não refutar que após o evento "*já procedeu ao corte das árvores tombadas e inclusive ao conserto da calçada*", o que igualmente foi salientado a fl. 01.

A primeira circunstância denota que a ré deveria ter tomado providências junto ao Poder Público para a reversão da situação que se afigurava como perigosa e suscetível de provocar problemas a ela própria ou a terceiros (como a autora), mas nenhum indício sequer foi amealhado a propósito.

Verifica-se aí a sua negligência que cristaliza o nexos causal com o resultado então apurado, sendo relevante notar que na sequência, na esteira da segunda circunstância detalhada, ela ao que consta adotou medidas diretas e sem a intervenção de terceiros para o reparo dos problemas causados.

É relevante notar que com isso não se tenciona afastar a responsabilidade do Município, tanto que é ao menos em tese viável que a ré se volte contra ele em ação de regresso para buscar a reparação de danos que porventura repete ter sofrido.

Busca-se somente estabelecer que pelos motivos excepcionais destacados ela também pode ser chamada a responder perante a autora pelos prejuízos que a mesma experimentou.

Por fim, reputo que a alegação de que motivo de força maior eximiria a responsabilidade da ré não a beneficia.

Na verdade, a principal razão que levou à eclosão dos acontecimentos postos não foi a intensidade das chuvas havidas na oportunidade e sim a condição dos galhos da árvore já estarem "enroscados" com os fios de energia elétrica instalados no local.

Significa dizer que a queda da árvore não afetaria o poste existente na casa da autora se estivesse adequadamente podada ou se a ré tivesse instado o Município a diligenciar com a devida antecedência sua manutenção, mas especialmente esse último dado não foi levado a efeito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O acolhimento da pretensão deduzida por tudo isso é de rigor, mas diante dos documentos de fls. 41/43 a obrigação da ré deve ser proclamada desde já como cumprida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para tornar definitiva a decisão de fls. 13/14, dando por cumprida a obrigação então imposta à ré.

Oficie-se à CPFL autorizando-a a retomar a normal cobrança pela utilização da energia elétrica no imóvel da autora mediante as devidas apurações periódicas.

Oportunamente, dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA